



POBREZA E DESIGUALDADE: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO

A Declaração do Milénio adoptada em 2000, comprometeu países ricos e pobres a fazerem tudo o que poderem para erradicar a pobreza, promover a dignidade e a igualdade humanas e alcançar a paz, a democracia e a sustentabilidade ambiental. Os líderes mundiais prometeram cooperar para atingir metas concretas de avanço do desenvolvimento e redução da pobreza até 2015, ou antes.

Antes, a Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de Março de 1990, relembrou que a Educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens de todas as idades, no mundo inteiro, entendendo que a Educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, que ao mesmo tempo favoreça o progresso social, económico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional.

Em Abril de 2000, os participantes da cúpula mundial de Educação Para Todos reunida em Dacar, comprometeram-se a alcançar os objectivos e as metas de Educação Para Todos (EPT) para cada cidadão e cada sociedade.

O Marco de Acção de Dakar é um compromisso colectivo para a acção. Os governos têm a obrigação de assegurar que os objectivos e as metas de EPT sejam alcançados e mantidos. Essa responsabilidade será atingida de forma mais eficaz através de amplas parcerias no âmbito de cada país, apoiada pela cooperação com agências e instituições regionais e internacionais.

Eles reafirmaram a visão da Declaração Mundial de Educação Para Todos (Jomtien, 1990), apoiada pela Declaração Universal de Direitos Humanos e pela Convenção sobre os Direitos da Criança, de que toda criança, jovem e adulto têm o direito humano de se beneficiar de uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem, no melhor e mais pleno sentido do termo, e que inclua aprender a aprender, a fazer, a conviver e a ser. É uma educação que se destina a captar os talentos e potencial de cada pessoa e desenvolver a personalidade dos educandos para que possam melhorar suas vidas e transformar suas sociedades.

A educação enquanto um direito humano fundamental é a chave para um desenvolvimento sustentável, assim como para assegurar a paz e a estabilidade dentro e entre países e, portanto, um meio indispensável para alcançar a participação efectiva nas sociedades.

Este são os objectivos da EPT, que devem merecer a nossa reflexão e tomada de posição consciente e activa:

1. Expandir e melhorar o cuidado e a educação da criança pequena, especialmente para as crianças mais vulneráveis e em maior desvantagem;
2. Assegurar que todas as crianças, com ênfase especial nas meninas e crianças em circunstâncias difíceis, tenham acesso à educação primária, obrigatória, gratuita e de boa qualidade até o ano 2015;
3. Assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada, à habilidades para a vida e à programas de formação para a cidadania;
4. Alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos até 2015, especialmente para as mulheres, e acesso equitativo à educação básica e continuada para todos os adultos;



5. Eliminar disparidades de género na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de género na educação até 2015, com enfoque na garantia ao acesso e o desempenho pleno e equitativo de meninas na educação básica de boa qualidade;
6. Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de forma a garantir a todos resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, matemática e habilidades essenciais à vida.

Para atingir esses objectivos, os, os governos, organizações, agências, grupos e associações representadas na Cúpula Mundial de Educação, comprometeram-se a:

1. Mobilizar uma forte vontade política nacional e internacional em prol da Educação para Todos, desenvolver planos de acção nacionais e incrementar de forma significativa os investimentos em educação básica;
2. Promover políticas de Educação para Todos dentro de marco sectorial integrado e sustentável, claramente articulado com a eliminação da pobreza e com estratégias de desenvolvimento;
3. Assegurar o engajamento e a participação da sociedade civil na formulação, implementação e monitoria de estratégias para o desenvolvimento da educação;
4. Desenvolver sistemas de administração e de gestão educacional que sejam participativos e capazes de dar resposta e de prestar contas;
5. Satisfazer as necessidades de sistemas educacionais afectados por situações de conflito e instabilidade e conduzir os programas educacionais de forma a promover compreensão mútua, paz e tolerância, e que ajudem a prevenir a violência e os conflitos;
6. Implementar estratégias integradas para promover a equidade de género na educação, que reconheçam a necessidade de mudar atitudes, valores e práticas;
7. Implementar urgentemente programas e acções educacionais para combater a pandemia HIV/AIDS;
8. Criar ambientes seguros, saudáveis, inclusivos e equitativamente supridos, que conduzam à excelência na aprendizagem e níveis de desempenho claramente definidos para todos;
9. Melhorar o status, a auto-estima e o profissionalismo dos professores;
10. Angariar novas tecnologias de informação e comunicação para apoiar o esforço em alcançar as metas EPT;
11. Monitorar sistematicamente o progresso no alcance dos objectivos e estratégias de EPT nos âmbitos internacional, regional e nacional;
12. Fortalecer os mecanismos existentes para acelerar o progresso para alcançar Educação para Todos.

A declaração diz ainda:

Vontade política e uma liderança nacional mais forte são necessárias à implementação efectiva e bem sucedida dos planos nacionais em cada um dos países. No entanto, a vontade política precisa sustentar-se em recursos. A comunidade internacional reconhece que, actualmente, muitos países não possuem recursos para alcançar uma Educação para Todos dentro de um prazo aceitável. Recursos financeiros novos, de preferência na forma de doações, devem, portanto, ser mobilizados pelas agências financeiras bilaterais e multilaterais, incluindo o Banco Mundial e bancos regionais de desenvolvimento assim como o sector privado. Afirmamos que nenhum país seriamente comprometido com a Educação para Todos será impedido de realizar este objectivo por falta de recursos.

A comunidade internacional dará andamento a este compromisso colectivo, desenvolvendo imediatamente uma iniciativa global com vistas a desenvolver estratégias e mobilizar os



recursos necessários para providenciar apoio efectivo aos esforços nacionais. As opções que serão consideradas nesta iniciativa seguem abaixo:

- aumentar o financiamento externo para a educação básica;
- assegurar prognóstico confinável no fluxo do auxílio externo;
- facilitar uma coordenação mais efectiva de doadores;
- providenciar alívio e/ou cancelamento da dívida em tempo mais curto e de forma mais ampla para reduzir a pobreza, e com forte compromisso na educação básica;
- realizar um monitoria mais efectiva e regular do progresso em atingir metas e objectivos de EPT, incluindo avaliações periódicas.

Já há evidência em muitos países do que pode ser feito por meio de estratégias nacionais fortes, apoiadas em uma cooperação efectiva de desenvolvimento. O progresso dessas estratégias pode e deve ser acelerado através de um maior apoio internacional. Ao mesmo tempo, aos países com estratégias menos desenvolvidas – incluindo aqueles países afectados por conflitos, os que estão em transição e os países recém saídos de crise deve ser dado o apoio necessário para atingirem um progresso mais rápido na Educação para Todos.

Cada Plano Nacional de Educação para Todos:

- Será desenvolvido sob a liderança governamental, consultando directamente e sistematicamente a sociedade civil nacional;
- Atrairá apoio coordenado de todos os parceiros de desenvolvimento;
- Especificará reformas referentes aos seis objectivos de Educação para Todos;
- Estabelecerá um marco financeiro sustentável;
- Será orientado para a acção e especificará prazos;
- Incluirá indicadores de desempenho de médio prazo; e
- Atingirá uma sinergia de todos os esforços de desenvolvimento humano, pela sua inclusão no planeamento e no processo de implementação do marco de desenvolvimento nacional.

Onde estes processos e um plano confiável estiverem em andamento, membros parceiros da comunidade internacional se comprometem a trabalhar de forma consistente, coordenada e coerente. Cada parceiro contribuirá através de aos Planos EPT Nacionais, de acordo com sua relativa competência para assegurar que as lacunas de recursos sejam adequadamente preenchidas.

As actividades regionais de suporte aos esforços nacionais terão suas bases nas organizações regionais e sub-regionais, redes e iniciativas já existentes, as quais serão fortalecidas quando for necessário. As regiões e sub-regiões decidirão sua rede de Educação para Todos que exerça liderança e que se transformará no Fórum da região ou sub-região com um mandato de Educação para Todos explícito. É essencial o envolvimento sistemático e a coordenação com toda a sociedade civil relevante e com outras organizações regionais e sub-regionais. Estes Fóruns de Educação para Todos Regionais e Sub-regionais



se articularão organicamente com os Fóruns Nacionais e a eles prestarão contas. Suas funções serão: coordenação com todas as redes relevantes; estabelecimento e monitoria das metas regionais / sub-regionais; advocacia; diálogo sobre políticas; promoção de parcerias e de cooperação técnica; compartilha de casos exemplares e de lições aprendidas; a monitoria e relato para uma prestação de contas responsável; e a promoção da mobilização de recursos. Apoio regional e internacional será disponibilizado para fortalecer os Fóruns Regionais e Sub-regionais e as competências relevantes para se alcançar a Educação para Todos, especialmente na África e no sul da Ásia.

A UNESCO continuará exercendo seu mandato na coordenação dos parceiros de Educação para Todos e a manter seu ímpeto de colaboração. Neste sentido, o Director Geral da UNESCO convocará anualmente um pequeno grupo flexível de alto nível. Este servirá de alavanca para o compromisso político e a mobilização de recursos técnicos e financeiros. Recebendo informações de monitoria dos institutos da UNESCO (IIEP, IBE, UIE) e, especialmente do Instituto de Estatísticas e dos Fóruns Regionais e Sub-regionais, também terá oportunidade de cobrar responsabilidade da comunidade global pelos compromissos assumidos em Dakar. Será composto de líderes do mais alto nível de governos e da sociedade civil de países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como das agências de desenvolvimento.

A UNESCO servirá de Secretaria. O foco de seu programa educacional será adaptado a fim de colocar os resultados e as prioridades de Dakar no centro de seu trabalho. Isto envolverá o estabelecimento de grupos de trabalho para cada um dos seis objectivos estabelecidos em Dakar. Esta Secretaria trabalhará próxima a outras organizações e pode incluir pessoas por elas cedidas.

Alcançar a Educação Para Todos demandará apoio financeiro adicional dos países, aumento da ajuda para o desenvolvimento e perdão da dívida em prol da educação por parte dos doadores bilaterais e multilaterais, o que custará em torno de U\$ 8 bilhões por ano. Portanto, é essencial que novos compromissos financeiros concretos sejam firmados pelos governos nacionais e também pelos doadores bilaterais multilaterais, incluindo-se o Banco Mundial, os bancos regionais de desenvolvimento, a sociedade civil e as fundações.

Ao afirmar-se que Apoio regional e internacional será disponibilizado para fortalecer os Fóruns Regionais e Sub-regionais e as competências relevantes para se alcançar a Educação para Todos, especialmente na África e no sul da Ásia, leva-nos a conclusão de que existe tomada de consciência que os governos dos países africanos não possuem recursos suficientes para alcançarem as metas preconizadas.

Os desafios para a Educação nos esforços contra a pobreza e desigualdade, estão determinados pelo seu carácter, ou seja: A educação é da e para a sociedade. Ela é vítima da pobreza e ao mesmo tempo a força para a saída da pobreza.

A pobreza cria desigualdade entre países e entre cidadãos dentro do mesmo país, quer uma quer outra, afectam não apenas o poder económico mais também de participação em tomadas de decisão e conseqüentemente cria injustiça. A pobreza leva vários países a adoptarem políticas e planos, dando prioridade a um ou outro dos 6 objectivos da EPT, utilizando argumentos como: Temos que dar prioridade as crianças que são o futuro, temos que dar prioridade ao acesso e não a qualidade etc.



É necessário que as lideranças assumam a educação como um direito de todos, mulheres e homens. Os cidadãos devem ter conhecimentos e capacidades para reivindicar seus direitos.

Deve-se garantir as crianças uma educação pré-escolar que é necessária a frequência com êxito do ensino de base.

Deve adequar-se os conteúdos dos programas escolares as necessidades da época, com inclusão de temas sobre, educação para o exercício da cidadania, gênero, VIH/SIDA, ambiente e outros que se mostrem relevantes, sem descurar as tradições e culturas relevantes dos povos. Aperfeiçoar constantemente as metodologias e técnicas para que a aprendizagem esteja cada vez mais centrada nos alunos ou participantes duque no docente. Estes devem poder desenvolver capacidades que lhes permita reconhecer e seguir sua orientação vocacional para uma melhor inserção no mercado do trabalho.

Angola, país com 1246700 km² 14 milhões de habitantes, tem 68% da população em condições de pobreza e 28% em pobreza extrema.

Cerca de 34% das crianças com menos de 11 anos não frequenta a escola, somente 15,7% das crianças que frequenta a 1^a classe concluem a 4^a classe.

Sem pretender atribuir maior importância a qualquer dos 6 objectivos de EPT, parece-me indispensável chamar a atenção para a pouca importância atribuída a educação de adultos. Sem citar países, devo dizer que em África alegadamente devido a poucos recursos, os esforços são insuficientes.

Como se pode romper o círculo vicioso: Há pouco dinheiro para a educação devido a pobreza e há pobreza porque as pessoas não possuem as competências necessários para produzir em quantidade e qualidade necessárias?

Parece inquestionável que a educação é a chave não menos inquestionável que os adultos são os actores do agora, aqueles que podem e devem impulsionar as mudanças, aqueles que devem ser os construtores da democracia, os defensores de seu direitos, dos direito de suas famílias e comunidades.

Muito se tem dito sobre a falta ou débil democracia em África, sobre a falta de transparência e má governação.

Em Angola, meu país, a constituição afirma claramente que é um Estado Democrático de Direito, esta decisão política só por si não resolve o problema. Democracia implica participação e participação consciente implica conhecimentos e capacidades.

A formulação dos objectivos da Educação de Adultos deve ter em consideração a *paz* como resumo das condições em que se pode efectivar a realização da pessoa humana e a sua participação no desenvolvimento da sociedade, e a *justiça* como garantia da superação das desigualdades e assimetrias de toda a ordem que caracterizam a sociedade de hoje.

Como disse Paulo Freire: No fundo há só dois métodos educativos diferentes, um visando a domesticação do homem e outro visa a libertação do homem, não que por si só a educação possa libertar o homem, mas ela contribui para esta libertação ao conduzir os homens a adoptarem uma atitude critica face ao seu meio.

A educação de adultos contribui para que os pobres, adquiram conhecimentos e capacidades para serem ouvidos e agirem como sujeito de seu destino, para que na base da



reflexão aprendizagem e acção, melhorem a relação entre homens e mulheres, cuidem de seus filhos, busquem formas de combater a pobreza. Em suma exerçam cidadania.

Para concluir, devo dizer que é a educação permanente, ao longo da vida que vai proporcionar os valores, conhecimentos e competências para homens e mulheres construírem um mundo melhor para todos sem discriminação entre países e entre pessoas. A educação básica deve ser universal e de qualidade em todo o mundo. As questões da educação não devem ser assunto apenas para especialistas ou profissionais. A educação para todos é uma questão de todos. As políticas, os planos e projectos, os orçamentos as actividades, a monitoria e avaliação devem envolver a sociedade civil.

A comunidade internacional deve acompanhar e apoiar os planos de acção para EPT nos diferentes países e os governos devem informar sobre os seus esforços e dificuldades.

A oferta educativa para satisfazer as necessidades para vida não se pode limitar a educação formal. Diferentes formas de educação não formal devem ser utilizadas para integrar os grupos mais desfavorecidos por forma a satisfazer suas necessidades de aprendizagem.

Vítor Barbosa